

Nem no Mesmo Barco nem nos Mesmos Mares: gerontocídios, práticas necropolíticas de governo e discursos sobre velhices na pandemia da COVID-19

CARLOS EDUARDO HENNING

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

carloveduardohenning@ufg.br

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v29i1p150-155

“A velhice neste país é o caos como tudo aqui”

Para Flávio Migliaccio, Miss Biá, George Floyd, João Miguel,
e às dezenas de milhares que partiram e que ainda partem...

Escrever tem sido difícil. Respirar também. Tudo se passa como se fosse preciso, e até mesmo esperado, deixar morrer a quem se supõe estar mais próximo, de todo modo, da morte. A pandemia da COVID-19 tem gerado e mobilizado uma profusão de concepções, discursos e práticas conflitantes sobre a velhice. O caráter variável, complexo e dinâmico desse momento da vida foi apontado em muitas obras (cf. SEEGER, 1980; COHEN, 1998; DEBERT, 1999, por exemplo), mas a pandemia tem trazido à arena pública concepções limitadas, às vezes ultrapassadas e, sobretudo, problemáticas sobre a velhice.¹

Memes sobre “véios” trancafiados, pulando o muro de casa, desafiando a exigência de isolamento social, retratados de modo infantil, irascível, estereotípico, ridicularizante circulam aos montes. Embora nas últimas décadas tenham surgido discursos mais positivos sobre a velhice - refletidos em noções como “terceira idade”, “melhor idade”, “velhice ativa” e “juventude como estilo de vida” - tal fluxo de imagens em muitos casos reatualiza a ideia de pessoas velhas como sem autonomia, subjugadas, com capacidade de agência, racionalidade e bom senso questionadas.

¹ A maior parte dos argumentos do presente ensaio foi apresentada oralmente no início de Junho de 2020 no *Momento COVID-19*, projeto do PAGU, Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp. Gostaria de agradecer à Regina Facchini e Carolina Parreiras pelo convite e o diálogo nessa ocasião. Agradeço igualmente às minhas interlocutoras de campo e amigas aqui citadas anonimamente, aos editores da *Cadernos de Campo* e ao(à) parecerista elegido(a) pela revista por seus comentários e sugestões.

Como se não bastasse, vários discursos governamentais têm banalizado a ideia de idosos como um “fardo social”, produzindo a percepção preconceituosa e perigosa de que vidas velhas seriam dispensáveis, pouco relevantes, indignas da proteção coletiva e do Estado. A pessoa idosa, portanto, se torna um ente pluripotente: ao mesmo tempo é um “problema social” demandando políticas públicas, uma existência jocosa e risível, um vilão e uma oferenda sacrificial à “Economia”. Esse conjunto de questões, além de meramente sinalizar alterações discursivas, tem criado uma arena permissiva para sérias e cruéis práticas de violação de direitos humanos de pessoas idosas.

No contexto pandêmico velhas e velhos se tornaram extraordinariamente vulneráveis. “Velhice” e “vulnerabilidade”, entretanto, não são referentes estáveis, monolíticos, homogêneos. Pessoas velhas que são pobres, periféricas, negras, indígenas, LGBTI², com deficiências, com doenças e condições de saúde pré-existentes, moradoras de regiões rurais e sem acesso regular a serviços de saúde têm sido atingidas com particular força. A pandemia se tornou um sítio de intensificação de diferenças e de desigualdades estruturais no Brasil. A letargia nas ações relativas ao fortalecimento do SUS para a pandemia; a lentidão na liberação do “auxílio” econômico federal a necessitados(as)³; o aumento nos feminicídios e nas violências domésticas contra idosos(as); a continuidade dos assassinatos racistas por agentes do Estado nas periferias; e a proposital negligência desse governo federal em relação a favelas, periferias, quilombos e povos indígenas do país são hipervisíveis e impossíveis de ignorar.

Tais posturas estabelecem práticas de governo que Achille Mbembe (2011) poderia considerar como uma necropolítica à brasileira, tendo em mente o poder e a capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer. O filósofo, esgarçando o conceito foucaultiano de biopolítica, pondera que fazer morrer ou deixar viver constituiriam os limites da soberania e seus principais atributos no contemporâneo. Nesse sentido, a soberania consistiria justamente em exercer um controle sobre a mortalidade como revelação e manifestação em si do poder, produzindo, entre outras questões, o “assassinato do inimigo” como um objetivo primeiro e absoluto. “Deixemos agir o vírus, pois boa parte dos nossos problemas simplesmente desaparecerá”, parece ser o lema dos(as) admiradores(as) de Goebbels e Mussolini por esses lados dos trópicos.

A vulnerabilidade de velhas e velhos em nosso país já seria de cortar o coração se considerássemos somente o risco de contaminação com o vírus em si, mas tais formas cruéis de administração necropolítica criam abertamente práticas de saúde eugenistas. As

² Acrônimo referente a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais, entre outros sujeitos que dissidem de determinadas normas e convenções dominantes de gênero e sexualidade.

³ As interpretações relativas a tal “auxílio” - na verdade, uma iniciativa do Legislativo - têm mobilizado noções moralizantes e acusatórias bastante similares, em alguns casos, às críticas ao Bolsa Família e às ações federais de redistribuição de renda das últimas décadas. A própria nomeação como “auxílio” parece pretender associá-lo à caridade e benevolência, ao invés de um direito das pessoas, as quais contribuiriam diretamente, de distintas formas, para a produção dessas riquezas.

discussões sobre “critérios” para priorização de pacientes nas UTIs superlotadas quase sempre estabelecem um a priori de que a idade é um dos principais fatores em jogo⁴. Torna-se um dado inquestionável que os mais jovens deverão ser priorizados quanto a leitos e respiradores em caso de lotação ou falta de equipamentos disponíveis para todos. É raro encontrar questionamentos críticos na arena pública do tipo: quem estabeleceu esses critérios? Quais são as suas bases? Quais são os seus efeitos? Como chegamos a esse tipo de concepções tão absolutamente gerontofóbicas⁵? Em um contexto pandêmico a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/1994) e o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003), os quais regulamentam os direitos de pessoas na velhice e proíbem a discriminação por idade se tornam sem efeitos, suspensos, negociáveis?

A combinação de ausência de planejamento e preparação sérios, consequentes e prévios à chegada da pandemia, um negacionismo extremo quanto aos conhecimentos epidemiológicos disponíveis, a dicotomização neoliberal saúde versus economia (com preeminência óbvia da última), unidas à reafirmação da velhice como “antessala da morte” (ignorando direitos humanos fundamentais, o aumento da longevidade e os novos significados desse momento da vida) constróem um momento extraordinário de *laissez-faire/laissez-passer* necropolítico digno de condenação no Tribunal de Haia. Bolsonaro, aliás, já foi denunciado nesse Tribunal Internacional por crimes contra a humanidade ao estimular o fim do isolamento social a qualquer custo⁶.

O presidente e sua equipe têm continuamente sinalizado para o fato de que a responsabilidade sobre o cuidado das pessoas idosas seria das famílias e, em última instância, do próprio indivíduo velho. Ao defender a reabertura do comércio, Bolsonaro afirmou que apenas os idosos deveriam respeitar os protocolos de distanciamento (ou seja, o isolamento vertical, visto como ineficaz e equivocado de acordo com epidemiologistas e a OMS) e que: “cada família [tem que] cuidar dos mais idosos. Não pode deixar na conta do Estado. Cada família tem que botar o vovô e a vovó lá no canto e é isso. Evitar o contato com eles há menos de dois metros. E o resto tem que trabalhar”⁷.

Esse tipo de declaração, além de mobilizar uma ideia antiquada e conservadora de velhice - o “vovô e a vovó” tutelados, ontologicamente coisificados, postos em um canto

⁴ Sobre o assunto, consultar o artigo de opinião intitulado “Dilema Ético, os idosos e a metáfora da guerra” de autoria de Guíta Debert e Jorge Félix e publicado em *Tendências/Debates da Folha de São Paulo* em 19.04.2020.

⁵ Trabalho com a noção de gerontofobia como: “uma forma social de preconceito e intolerância contra determinados indivíduos devido ao fato de serem considerados mais velhos, assim como uma discriminação baseada em estereótipos negativos sobre os idosos e suas potencialidades sociais. (...) [Além de ser também] um processo cultural que, se por um lado constrói, sobrevaloriza, premia e privilegia a juventude como um ideal corpóreo, erótico, estético e social central nas sociedades ocidentais contemporâneas, por outro lado deprecia, desvaloriza e posiciona imagens e atributos sociais associados culturalmente ao envelhecimento e à velhice como marcos dos quais os indivíduos devem temer e se distanciar a qualquer custo, criando zonas de opróbrio e evitação social.” (HENNING, 2013, p.97).

⁶ Sobre o assunto, consultar a matéria publicada no *Correio Brasiliense* ([aqui](#)):. Fonte acessada em 06.06.2020.

⁷ Consultar matéria publicada no Portal do jornal Estado de Minas ([aqui](#)): Fonte acessada em 25.05.2020.

como parte da mobília da família - se baseia e propaga concepções neoliberais de desresponsabilização absoluta do Estado pela gestão do bem estar e da saúde da população. Atualmente com 65 anos de idade, o presidente ao mesmo tempo em que governa uma espécie gerontocracia sem sujeito (não se concebe como idoso, se distingue por seu “histórico de atleta” e ostenta um cabinet quase exclusivamente composto por homens brancos na velhice), “privatiza” em seu discurso a gestão da saúde e bem-estar social de pessoas velhas na pandemia passando-as para a família ou mesmo para o indivíduo. “Que se danem!” - em português brasileiro.

Há algumas semanas uma interlocutora de campo de São Paulo, que aqui chamo de Leonora⁸, de 67 anos e que se define como negra, lésbica, cisgênero, de classe média e professora aposentada, após um dos pronunciamentos de Bolsonaro na TV defendendo o isolamento vertical, afirmou: “Tô lascada, sou idosa. Fico em casa e todos vão me trazer o vírus. Aproveitando: quero ser cremada.” Já Mariana - nome igualmente fictício - uma amiga de 68 anos, branca, heterossexual, cisgênero e de classe média, refletindo sobre outra fala do “indignatário”, mas com conteúdo similar, afirmou: “Tem horas que chega a ser insuportável! (...) Já ouvi falar de etnocídio e de genocídio. De gerontocídio é a primeira vez. Quem, como eu, tem mais de 60 anos, está convidado a morrer com a COVID-19.”

Angústia intensa, sofrimento psíquico, insegurança, crises de pânico e sensação de serem aberta e confessadamente vilipendiados(as) pelo Estado e pelo atual governo funeral⁹ - um governo com facetas ironicamente gerontocráticas e gerontocidas - atravessaram as narrativas de muitos(as) interlocutores(as) na velhice desde o início da pandemia. “Eu não importo para esse país”; “estou por minha própria conta”; “se dependesse desse governo eu já tinha batido as botas”; “sou grupo de risco, se precisar ir ao hospital vão me deixar morrer sem nem chegar a ser internada, quem dirá conseguir um respirador” e outras afirmações do tipo acessei em abundância nos últimos meses.

A sensação compartilhada por muitos(as) parece ser a de se descobrirem como uma espécie de “existência de segunda classe”, de serem um “peso morto”, de estarem “fazendo hora-extra”, sobrecarregando o sistema de seguridade social e a saúde pública, “atrapalhando a economia”, impedindo, enfim, o retorno à “normalidade”. Esse clima discursivo tóxico e sufocante do tipo - “Morram de uma vez!” - certamente produz efeitos práticos perversos, como se supõe ter sido o caso do ator Flávio Migliaccio, que se suicidou aos 85 anos no início de maio desse ano. É claro que se pode conceber muitas formas de produção de práticas de governo gerontocidas: reformas da previdência neoliberais radicalmente precarizantes, privatização de sistemas públicos de saúde, discursos e práticas idadistas / gerontofóbicos /

⁸ Todos os nomes citados foram alterados aleatoriamente para garantir confidencialidade.

⁹ “Governo funeral” tem sido um trocadilho irônico compartilhado criticamente nas redes sociais na internet para nomear o governo Bolsonaro.

velhofóbicos¹⁰; ações e omissões de Estado que propositalmente deixam à própria sorte a maioria das pessoas idosas são somente algumas delas.

Como debatido até aqui, o contexto pandêmico tem sido pródigo na produção e acionamento de múltiplos discursos sobre velhice e, por consequência, abre espaço para transformações no curso da vida. Nesse aspecto a pandemia e os atores a ela associados impactam diretamente na constituição de um “curso da vida” com feições idiossincráticas nas primeiras décadas desse novo século. As disputas discursivas relativas a tais reconfigurações e seus resultados, entretanto, em especial se pensarmos nos efeitos da crise epidêmica que estamos vivenciando, ainda estão em processo e são difíceis de prever com exatidão.

Ao longo dos dias em que redigi essas linhas recebi notícias de falecimentos de pessoas idosas que fizeram parte de meu campo e que foram vítimas do vírus¹¹. Pessoas a quem queria muito bem e que se somam às dezenas de milhares de mortos no Brasil. Imagino que a dificuldade em lidar com situações insólitas e sobretudo em processar esse gigantesco luto coletivo seja algo compartilhado por muita gente que me lê. É difícil dar sentido a isso tudo. É difícil escrever. É difícil respirar. Mas é preciso, mesmo na dor, no sofrimento e luto.

A “antropologia que vale a pena”, de acordo com Ruth Behar (1996) é aquela que parte o coração. Que é produzida a partir de contextos, realidades, conjunturas, situações, narrativas, cosmovisões que afetam à/ao antropóloga(o) e a inúmeros sujeitos de modo profundo, pungente, doloroso, desestabilizador, manchando inescapavelmente o texto no processo da redação. O belo texto dessa antropóloga - na verdade uma defesa da escrita a partir do luto em *Grief and the Headhunter's Rage* de Renato Rosaldo (1993[1989]) - nunca me pareceu tão apropriado como hoje.

A meu ver é impossível escrever o que quer que seja nos dias atuais, seja na antropologia ou além, sem o fazer a partir de um coração de variadas maneiras partido, roto, enlutado, raivoso, indignado, indócil, insubmisso, revoltoso, subversivo e de um lugar de resistência frente aos múltiplos status quo que ainda nos sufocam. Em um momento em que é tão desafiador e arriscado nos reunir em protesto nas ruas - e muitos, mesmo assim, corajosamente o fazem - escrever ou simplesmente respirar, quando o poder deseja a sua aniquilação, são atos de resistência significativos às monstruosidades necropolíticas que têm mostrado orgulhosamente as suas asas fascistas, racistas, neocolonialistas, misóginas, elitistas, LGBTIfóbicas, capacitistas e gerontocidas em nosso país e em outros pontos do mundo em pleno 2020.

Referências Bibliográficas

BEHAR, Ruth. (1996) “Anthropology that breaks your heart”. BEHAR, Ruth. *The Vulnerable Observer: anthropology that breaks your heart*. Boston: Beacon Press. Pp. 161-177.

¹⁰ Mirian Goldenberg, em uma entrevista recente à BBC Brasil, se referiu a noção de “velhofobia” no contexto pandêmico de modo interessante. Consultar reportagem no portal da BBC online ([aqui](#)):. Acessado em 07.05.2020 às 18:47.

¹¹ cf. Henning, 2016a; 2016b; 2017; 2020.

- COHEN, Lawrence (1998). “Não há velhice na Índia”. (Tradução de Júlio Assis Simões). In: DEBERT, Guita. (Org). *Antropologia e Velhice*. Textos Didáticos, n.13. Campinas: IFCH/Unicamp.
- DEBERT, Guita. (1999). *A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: EDUSP.
- HENNING, Carlos Eduardo. (2020). “A Gerontologia LGBT e a construção de pressupostos para um ‘envelhecimento bem-sucedido’ entre idosos LGBT”. In. FERNANDES DE ARAÚJO, Ludgleydson. & SALMAZO DA SILVA, Henrique. (Orgs). *Envelhecimento e Velhice LGBT*. Práticas e perspectivas biopsicossociais. Campinas: Grupo Átomo & Alínea.
- _____. (2017). “Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos ‘idosos LGBT’”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 47, pp. 283-323.
- _____. (2016a) “Is old age always already heterosexual and cisgender? The LGBT Gerontology and the formation of the ‘LGBT elders’”. *Vibrant*. V.13 n.1, pp. 132-154.
- _____. (2016b). “Na minha época não tinha escapatória: teleologias, temporalidades e heteronormatividade”. *Cadernos Pagu*, vol.46, pp. 341-371.
- _____. (2013). “Nas tensões eróticas da gerontofobia e da gerontofilia: uma etnografia de homens que mantém práticas sexuais homoeróticas na meia idade e velhice”. In: PASSAMANI, Guilherme. (*Contra*)Pontos. Ensaio de Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual: curso da vida e gerações. Campo Grande: Editora da UFMS. Pp. 83-106.
- MBEMBE, Achille. (2011). *Necropolítica seguido de Sobre el Gobierno Privado Indirecto*. Madri: Melusina.
- ROSALDO, Renato. “Grief and a Headhunter’s Rage: on cultural force of emotions”. In: BRUMER, Edward. (Ed). *Text, play and story: the construction and reconstruction of self and society*. Washington: Weveland Press, p.178-195.
- SEEGER, Anthony. (1980). “Os Velhos nas Sociedades Tribais”. In.. SEEGER, Anthony. *Os índios e nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda. Pp. 61-79.

sobre o autor

Carlos Eduardo Henning

Professor de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás. Pesquisador do Ser-Tão, Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Gênero e Sexualidade e do NEPEV, Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Envelhecimento, ambos da UFG.

Recebido em 06/04/2020
Aceito para publicação 10/06/2020